

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

Desafios e perspectivas para a construção de novos caminhos

*Rodrigo Fadul Andrade**

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre Sínodo para a Amazônia, seus desafios e perspectivas. O Sínodo se insere num contexto no qual a Igreja tem dedicado atenção especial para as questões socioambientais, com orientações específicas que têm direcionado as ações de evangelização e os trabalhos pastorais na Amazônia e em outras regiões. O discurso católico de valorização e reconhecimento das causas socioambientais encontra raízes na história da própria Igreja que, ao longo dos anos, se mostrou próxima das causas sociais, pastorais e ambientais. O caminho sinodal, trilhado em conjunto com os povos amazônicos, permitiu que a Igreja escutasse diferentes vozes, sujeitos, realidades e contextos, em toda a Pan-Amazônia e em outras partes do mundo. Escutar foi o primeiro passo para a construção dos novos caminhos, que resultou em um robusto material que deverá ser estudado nos próximos anos. Após escutar, discernir e dialogar, a Igreja inicia uma nova etapa conhecida como “pós-Sínodo”. As orientações para a continuidade desta caminhada indicam que a Igreja buscará consolidar a sinodalidade em suas ações, revisando sua atuação, dialogando com os povos locais e cuidando da casa comum. Uma conversão ecológica integral, com enfoque em quatro dimensões: pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

Palavras-chave: Sínodo; Amazônia; Igreja; Escuta;

1 Igreja e Amazônia: os antecedentes do Sínodo

O Sínodo dos Bispos é uma instituição eclesiástica criada pelo Papa Paulo VI no ano de 1965 e representa um importante legado do Concílio Vaticano II. Podemos definir o significado

* Doutor em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS/UFAM. Especialista do Observatório de Evangelização da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Assessor da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM/Brasil.

de um Sínodo como “caminhar juntos”, ou seja, bispos, padres, religiosos e religiosas, leigos e leigas, todos trilhando o mesmo caminho em sintonia com o Papa.

O Sínodo dos Bispos especial para a Amazônia, convocado pelo Papa Francisco em 2017 e realizado em 2019, aconteceu em um momento significativo para a Igreja católica, povos amazônicos e para toda a humanidade. Ao longo dos últimos anos a Igreja tem colocado a preocupação socioambiental como um dos temas prioritários de sua ação evangelizadora, presente nos documentos oficiais, discursos de lideranças e iniciativas pastorais.

A incorporação da pauta socioambiental ao discurso oficial católico adquiriu força, sobretudo, com o lançamento da carta Encíclica *Laudato Si'*, no ano de 2015. Inspirada na postura fraterna de São Francisco de Assis, a Encíclica promulgada pelo Papa Francisco propõe uma abordagem integral da realidade ambiental, que implica em diálogo permanente com outras dimensões da vida em sociedade. O Papa reconhece que estamos vivendo uma “única e complexa crise socioambiental”, na qual precisamos buscar alternativas para a promoção da dignidade humana e combate à pobreza, aliadas ao cuidado com a natureza.

A ecologia integral é um dos caminhos apontados por Francisco como alternativa para a superação da crise socioambiental. Este conceito está cada vez mais presente nas iniciativas católicas e exige atitudes consistentes, que implicam em mudanças no estilo de vida e nas formas de relacionamento com toda a criação. A *Laudato Si'* aponta que a inspiração para a vivência desta prática pode ser encontrada nos modos de vida dos povos originários.

Outro fato significativo que reforça a prioridade socioambiental da Igreja foi a criação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), no ano de 2014. A REPAM foi criada a partir de intenso diálogo entre o Conselho Episcopal Latino-

americano (CELAM), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Secretariado da América Latina e Caribe da Cáritas (SELACC) e a Confederação Latino-americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas (CLAR), que viram a necessidade de articular esforços, processos e ações evangelizadoras que considerem a presença e atuação da Igreja na Amazônia.

Apesar de ser anterior a *Laudato Si'*, a REPAM dialoga intimamente com a Encíclica e tem construído novos processos formativos, projetos e ações com incidência junto às demais instituições presentes no território amazônico. A articulação da missão eclesial em rede, pressupõe uma nova forma de organização e trabalho das instituições e seus agentes.

A perspectiva da eclesialidade permite que esta nova frente evangelizadora da Igreja católica adquira dimensões plurais e diversas, em diálogo com populações, movimentos, organizações e demais instituições em diferentes frentes de trabalho, presentes nos nove países da Pan-Amazônia: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Brasil, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. Muito embora a *Laudato Si'* e a REPAM sejam recentes e representem esforços significativos da Igreja Católica em dialogar sobre a realidade socioambiental e amazônica, estas temáticas já fazem parte do discurso católico há bastante tempo.

A opção preferencial pelos pobres, assumida pela Igreja da América Latina na conferência de Medellín (1968) e reforçada em Puebla (1979), conferiu à Igreja do Continente uma nova postura no processo de evangelização. A ação pastoral católica passou a estar mais presente nas realidades do território, reconhecendo as diversidades étnicas, culturais e sociais e atuando a partir delas. Desde aquele período, a Igreja latino-americana já demonstrava sua preocupação com a Amazônia.

O episcopado da Igreja do Brasil tem dedicado frequentes reuniões para refletir sobre a realidade amazônica, sua presença

e atuação na região. Um dos encontros mais representativos, que reuniu Bispos da Amazônia brasileira para refletir sobre a realidade local, se deu no ano de 1972 na cidade de Santarém/PA. O documento final resultante daquele encontro tornou-se uma importante referência para a Igreja da Amazônia, tratando sobre a realidade socioambiental e a vida dos povos da região, em especial a dos indígenas.

A Igreja passou a direcionar seu processo formativo e pastoral para realidade das populações locais, dialogando com as culturas e o território. Os reflexos da mudança de postura da Igreja se configuraram, entre outras coisas, em ritos religiosos cada vez mais inculturados e em uma atuação pastoral que fala diretamente do cotidiano das pessoas, no qual vida e território estão interligados.

Outro momento que marcou o encontro de Santarém foi a mensagem enviada pelo então Papa Paulo VI, hoje Santo da Igreja, aos Bispos da Amazônia. A célebre e profética frase “Cristo aponta para a Amazônia” demonstrou a comunhão do Papa e a unidade da Igreja com os povos da região.

Cabe destacar que, naquele contexto da década de 1970, tivemos a criação de três organismos católicos importantes na história da Igreja brasileira: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Estas instituições tiveram atuação significativa ao lado dos povos amazônicos naquele período, intensificando a presença da ação evangelizadora católica no cotidiano das populações, sobretudo nas décadas de 70 e 80, período que o Brasil passava pela ditadura militar.

A atuação e presença das CEBS, CPT e CIMI em diferentes contextos da sociedade brasileira, reforçaram o posicionamento da Igreja em favor de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, muito embora este não seja um tema de consenso entre os católicos. O trabalho destes grupos e de outras organizações que atuam no Brasil, reforçam a

necessidade de ampliar a reflexão sobre direitos humanos e sociais no país, inclusive na Amazônia.

A Igreja Católica continuou trabalhando a perspectiva socioambiental e amazônica em diversas outras atividades no Brasil e na América Latina. A Campanha da Fraternidade, promovida todos os anos pela CNBB no período da quaresma, já abordou temas como terra (1986); povos indígenas (2002); água (2003); Amazônia (2007); vida no planeta (2011); casa comum, nossa responsabilidade (2016) e biomas brasileiros (2017), ampliando a reflexão sobre estes temas em diferentes espaços eclesiais.

Em 2003 a CNBB criou uma comissão especial para a Amazônia, dando importantes passos para fortalecer a articulação dos Bispos da região. A experiência de organização da Igreja brasileira e a preocupação dos Bispos da Amazônia em assumir as causas da região, contribuiu para que a Amazônia fosse reconhecida como uma prioridade da Igreja latino-americana.

Na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada na cidade de Aparecida/SP em 2007, os Bispos do continente refletiram sobre a importância da Amazônia para a vida no planeta. No número 242 o documento conclusivo daquela conferência orienta:

Crear conciencia en las Américas sobre la importancia de la Amazonia para toda la humanidad. Establecer, entre las iglesias locales de diversos países sudamericanos, que están en la cuenca amazónica, una pastoral de conjunto con prioridades diferenciadas para crear un modelo de desarrollo que privilegie a los pobres y sirva al bien común. Apoyar, con los recursos humanos y financieros necesarios, a la Iglesia que vive en la Amazonia para que siga proclamando el evangelio de la vida y desarrolle su trabajo pastoral en la formación de laicos y sacerdotes a través de seminarios, cursos, intercambios, visitas a las comunidades y material educativo.

As orientações do CELAM para as conferências episcopais da América Latina indicam que a Amazônia deve ser assumida como uma causa preferencial da ação evangelizadora católica, ultrapassando os limites da atuação religiosa. A Igreja reconhece que sociobiodiversidade do bioma amazônico tem importância singular para a garantia da vida no planeta.

A relação entre Igreja e Amazônia se consolida com a postura do Papa Francisco ao tratar o tema. Lembremos que o pontífice é oriundo do episcopado latino-americano e conhece muito bem a realidade local. O então cardeal de Buenos Aires participou da V Conferência do CELAM em Aparecida e foi ele, inclusive, quem coordenou os trabalhos da comissão de relatoria do documento final.

Ao anunciar a convocação do Sínodo para a Amazônia, o Papa afirma que está “atendendo o desejo de algumas Conferências Episcopais da América Latina e de muitos pastores e fiéis de várias partes do mundo¹”. Portanto, o Sínodo se insere num contexto histórico de intensa movimentação eclesial, no qual presença e atuação da Igreja na Amazônia têm sido fundamentais para que se reconheça o protagonismo dos povos da região.

2 Um Sínodo para escutar

O caminho sinodal percorrido desde a convocação até a assembleia geral dos Bispos, em outubro de 2019, proporcionou centenas de encontros de reflexão e escuta das comunidades em toda a Pan-Amazônia, em Roma e em outras localidades. Todo o processo, construído em conjunto com os povos amazônicos, ficou marcado pela escuta.

Escutar foi uma das principais recomendações do Papa aos que participam do processo sinodal. Na constituição apostólica

1 Pronunciamento por ocasião da convocação do Sínodo para a Amazônia, em Roma, no dia 15/10/2017.

Episcopalis Communio (6), Francisco orienta que o “Sínodo dos Bispos deve tornar-se cada vez mais um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus”. Portanto, pede o Papa aos padres sinodais “antes de mais nada o dom da escuta: escuta de Deus, até ouvir com Ele o grito do povo; escuta do povo, até respirar nele a vontade de Deus que nos chama”.

Segundo o relatório da fase preparatória do Sínodo para a Amazônia, estima-se que mais de oitenta mil pessoas participaram de forma direta e indireta da etapa das escutas sinodais, representando diferentes grupos sociais. Assembleias territoriais, fóruns, rodas de conversas e outros encontros reuniram as vozes de diferentes sujeitos para tratar de um objetivo comum: buscar novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral.

Este objetivo, exposto como tema do Sínodo, expressa um cuidado especial, os novos caminhos precisam contemplar as dimensões: pastoral (Igreja) e socioambiental (ecologia integral), com vistas a promover uma “Igreja com rosto amazônico”, na qual o protagonismo dos povos locais deve ser priorizado.

Durante todo o processo, traçado em conjunto com os povos amazônicos, a realidade local emergiu nas falas dos participantes. Muitas das ameaças sofridas pelos povos amazônicos foram relatadas: aumento do desmatamento, queimadas, extração de madeira, projetos de mineração, garimpo ilegal, avanço do agronegócio, exploração sexual e tráfico de pessoas, entre outras. Sem exclusão, todas desencadeiam conflitos e ameaçam a vida dos povos locais. Boa parte dos problemas identificados estão relacionados com a manutenção de um sistema econômico exploratório, com interesses puramente financeiros.

Por tratar sobre estes temas, o Sínodo passou a ser visto de forma negativa por algumas instituições, sob a justificativa de que estaria abordando questões políticas que não seriam de

interesse da Igreja. O discurso de quem observa o Sínodo de longe, desconhece que, na Amazônia é impossível falar sobre as pessoas sem tratar das ameaças ao território, como indica o Documento Preparatório (50), “a noção de ecologia integral é chave para responder ao desafio de cuidar da imensa riqueza de sua biodiversidade ambiental e cultural”.

A atuação pastoral e presença histórica da Igreja na região elucidam que estes temas sempre foram tratados de alguma maneira, seja pelos organismos de incidência sociopolítica ou mesmo com ações pastorais de evangelização nas comunidades. É necessário, porém, compreender que “a ecologia integral é mais que a mera articulação entre o social e o ambiental” (Documento Preparatório, 53), ela se configura na necessidade de promoção humana integral, no âmbito pessoal, social e ecológico.

O processo sinodal permitiu que a Igreja, além de escutar os clamores da população sobre os problemas sociais, identificasse as fragilidades de sua ação evangelizadora na região. A demanda por maior presença nas comunidades amazônicas exigiu autorreflexão eclesial sobre a forma de organização e estrutura para atender os fiéis, tendo como centralidade a oferta da Eucaristia, elemento central da fé católica.

O *Instrumentum Laboris* (126) indica que “por falta de sacerdotes, as comunidades têm dificuldade de celebrar com frequência a Eucaristia”, problemática recorrente em toda a Pan-Amazônia. O documento recorda os ensinamentos de João Paulo II na *Ecclesia de Eucharistia* (2003), no qual afirma que “a Igreja vive da Eucaristia e a Eucaristia edifica a Igreja”.

Esta situação evidencia um cenário contraditório dentro da Igreja, pois ao mesmo tempo que a doutrina afirma a Eucaristia como alimento espiritual dos fiéis, a Igreja não consegue democratizar seu acesso a todos os católicos. A escassez de sacerdotes, aliada à singularidade geográfica e às dificuldades de locomoção no território contribuem para esta realidade.

O *Instrumentum Laboris* (126) vai além e propõe que o acesso à Eucaristia seja facilitado, entre outras maneiras, com a alteração dos “critérios para selecionar e preparar os ministros autorizados para celebrá-la”, descentralizando esta função que atualmente pertence aos sacerdotes. O tema recupera uma discussão antiga dentro da Igreja Católica, que versa sobre a possível ordenação sacerdotal de homens casados e a inserção de mulheres nos ministérios ordenados.

Vale ressaltar que possíveis modificações nas regras de consagração e distribuição da Eucaristia, implicaria em mudanças na estrutura hierárquica da Igreja Católica. Por outro lado, o que é reivindicado pelas comunidades amazônicas vai além de normas ou doutrinas religiosas. As escutas do Sínodo revelaram que os fiéis sentem a necessidade de maior presença da Igreja em suas comunidades, que se faz principalmente por meio da figura do sacerdote, indivíduo munido de autoridade canônica capaz de responder pela instituição dentro de sua jurisdição.

O que se percebe, no entanto, é uma ausência institucional da Igreja em muitos lugares na Amazônia. Sente-se falta de maior presença do sacerdote nas comunidades rurais e de periferia. Este, muitas vezes, dedica atenção às paróquias urbanas. É inevitável a comparação com as Igrejas evangélicas, que estão presentes nestes territórios com lideranças locais legitimamente reconhecidas pela instituição e pelos fiéis.

Registre-se que, segundo dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos estados da região Norte do Brasil, o número de evangélicos cresceu de 19,8% em 2000 para 28,5% em 2010. Neste mesmo período, foi registrado uma redução no número de católicos 71,3% para 60,6% na região.

Os dados apresentados pelo censo demográfico apontam para uma diminuição do número de fiéis católicos e o aumento de protestantes na Amazônia e em todo o Brasil, o que pode

indicar uma migração de cristãos da Igreja Católica para as diversas Igrejas protestantes. A forma de organização das Igrejas evangélicas prioriza cargos de liderança para pessoas das próprias comunidades, que são estimulados a assumirem a função de pastores e passam a conduzir, com autoridade e autonomia, a Igreja naquela localidade.

O que foi refletido no Sínodo ultrapassa as meras comparações entre a quantidade de fiéis ou de Igrejas entre católicos e protestantes, mas vai além, questionando o modelo organizacional que centraliza o poder eclesial na paróquia e se ausenta das comunidades menores. Esta realidade, porém, não impede que a Igreja continue exercendo sua atividade missionária, pelo contrário, vemos o ascendente protagonismo dos leigos e leigas, assumindo cada vez mais a liderança das comunidades católicas.

Sobre a atuação dos leigos e leigas na Igreja, o *Instrumentum Laboris* (129) recomendou aos padres sinodais maior valorização do “protagonismo dos cristãos leigos e leigas, reconhecendo-lhes seu espaço a fim de que se tornem agentes da Igreja em saída”. Dentro do grupo de leigos destacam-se as mulheres, que representam a maioria das lideranças comunitárias amazônicas.

Apesar de grande parte das temáticas tratadas no Sínodo tenha dialogado com as realidades dos povos indígenas, povos tradicionais e de comunidades rurais, a reflexão sobre o meio urbano também foi contemplada. Entender as cidades e a presença da Igreja no meio urbano é fundamental para compreender a realidade amazônica contemporânea.

De acordo com as estatísticas, a população urbana da Amazônia aumentou de modo exponencial; atualmente, de 70 a 80 % da população reside nas cidades. Muitas delas não dispõem de infraestruturas nem de recursos públicos indispensáveis para enfrentar as necessidades da vida urbana. Enquanto aumenta o número de cidades, diminui o número de habitantes nos povoados rurais (*Instrumentum Laboris*, 71).

Os dados sobre o crescimento populacional nas cidades expõem as fragilidades do meio urbano amazônico, como a concentração das pessoas nas áreas de periferias e a deficiência de políticas públicas. No caso da Amazônia brasileira, quem observa Manaus, no estado do Amazonas e Belém, no estado do Pará, identifica duas grandes cidades que destoam das demais cidades locais e abrigam boa parte da população de seus estados.

A concentração populacional nas capitais é reflexo de uma série de problemas estruturais nas cidades menores, como falta de emprego, oportunidades de qualificação profissional, ausência de universidades, entre outros. Esta realidade impulsiona uma migração das áreas rurais para as urbanas, sobretudo, de jovens. Grande parte daqueles que se deslocam para as capitais são obrigados a se inserir em um novo contexto, morar em áreas periféricas, trabalhar no mercado informal e enfrentar todos os outros desafios e problemáticas de se viver em uma grande cidade.

A Igreja pode ser uma aliada das populações amazônicas na superação destas problemáticas, pois constitui uma importante referência de atuação pastoral e sociopolítica na região. As atividades desenvolvidas pelas pastorais sociais, movimentos e organismos permitem dialogar com outros atores que podem colaborar para a promoção da ecologia integral no meio urbano.

A partir das cidades foi possível tratar de temas como: migração, políticas públicas, educação, mobilidade, tráfico humano, exploração sexual, juventudes, trabalho, entre outros. Temas historicamente discutidos pela Igreja Católica à luz da Doutrina Social da Igreja e dos valores do Evangelho, observados a partir da Amazônia.

3 Da escuta à conversão integral: o pós-Sínodo

Passado todo o processo de escuta, sistematização, reflexões e realização da assembleia sinodal, nos encontramos agora em um novo momento: o pós-Sínodo. Este novo ciclo que se inicia, carrega expectativas e esperanças de todos aqueles que participaram do processo e foram convidados a caminhar junto com a Igreja.

Os primeiros passos para continuar a trajetória construída até agora estão no documento final do Sínodo para a Amazônia. O documento aponta direcionamentos para a Igreja continuar buscando novos caminhos que iluminem sua ação evangelizadora e possibilite a vivência da ecologia integral. Os padres sinodais apontam a necessidade de uma conversão integral, que compreende quatro dimensões: pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

Os novos caminhos para a conversão pastoral pressupõem uma Igreja em saída, missionária, que vá ao encontro daqueles que mais precisam. Inspirada na figura da samaritana, o documento propõe uma Igreja amazônica que acolha, estabeleça diálogo ecumênico, inter-religioso e cultural. Uma “Igreja missionária que serve e acompanha os povos amazônicos”, assuma os rostos locais: indígena, camponês, afrodescendente, migrante, jovem e que percorra os caminhos da evangelização urbana.

As bases para uma conversão cultural propõem que a Igreja assuma o rosto dos povos amazônicos, “que se encarna no seu território, que evangeliza e abre caminhos para que os povos se sintam acompanhados em diferentes processos da vida evangélica” (Documento final do Sínodo para a Amazônia, 42). Que valorize e respeite as culturas, os ritos locais e promova diálogo intercultural.

A conversão ecológica é uma proposta inspirada na *Laudato Si'* e convida a assumir uma postura em defesa da “casa

comum”, que incorpore a dimensão socioambiental nos trabalhos pastorais e de evangelização. Propõe uma Igreja comprometida com a vida, que combata as ameaças contra o bioma Amazônia e seus povos e que delinear os novos caminhos para uma conversão sinodal. A sinodalidade se constrói a partir de uma atitude missionária, que proponha vivenciar um espírito de comunhão, na construção coletiva de novos processos evangelizadores, pastorais e socioambientais de fazer Igreja na Amazônia. A conversão sinodal indica duas dimensões para os novos caminhos da Igreja: ministerialidade eclesial e sinodalidade eclesial.

A dimensão da ministerialidade busca responder os anseios por maior presença da Igreja nas comunidades amazônicas e periferias urbanas, incentivando a criação de novos ministérios que valorizem o protagonismo dos leigos e leigas, potencialize a presença da vida religiosa consagrada, reconheça a voz das mulheres e construa itinerários de formação inculturada.

Os novos caminhos para a sinodalidade eclesial indicam a criação de “estruturas regionais sinodais na Amazônia”, como um organismo eclesial e uma universidade amazônica. Considere-se também a criação de novos ritos para os povos indígenas, como mais uma possibilidade de inserção e inculturação da Igreja. Lembremos que a religiosidade católica amazônica reúne como marcas principais, elementos do universo indígena e do catolicismo, que se articulam nas práticas populares regionais.

As quatro dimensões para a conversão integral reúnem as principais reflexões de todo o processo sinodal e indicam caminhos possíveis para a Igreja da Amazônia. A verdadeira conversão integral implica em mudanças significativas e estruturais que se configurem em práticas, que devem ser cada vez mais pastorais, ecológicas, culturais e sinodais.

Vale ressaltar que os primeiros passos para esta conversão já estão sendo dados. Além de todo o itinerário sinodal, que por si

só já representa sinais de esperança para a Igreja e para os povos da Amazônia, os participantes do Sínodo foram além e firmaram um pacto pela casa comum, em Roma.

O pacto das catacumbas pela casa comum, celebrado pelos Padres Sinodais e demais participantes do Sínodo para a Amazônia nas catacumbas de Santa Domitila, rememora aquele firmado durante o Concílio Vaticano II. Mais do que um ato religioso e simbólico, esta celebração reforça o compromisso da Igreja em priorizar a conversão integral, responsabilidade assumida primeiramente por aqueles que participaram da assembleia geral do Sínodo dos Bispos.

Considerações finais

O Sínodo para a Amazônia entra para a história da Igreja como um marco de seu compromisso em defesa das causas socioambientais. O momento das escutas sinodais possibilitou que diferentes sujeitos pudessem colaborar com o Sínodo, inclusive pessoas de outras religiões. Além das temáticas levadas para a assembleia sinodal, em Roma, o Sínodo oportunizou que a Igreja pudesse refletir sobre sua presença e atuação na Amazônia.

O novo tempo que se inicia permite recordar toda a trajetória realizada ao longo dos últimos anos, por meio de encontros, reflexões, documentos e diversos outros momentos que demonstram a unidade da Igreja da Amazônia com a América Latina e com a Santa Sé. Os desafios históricos se fortalecem e as perspectivas encontram novos significados com o pós-Sínodo, reforçando a história e celebrando a memória de tantas pessoas que contribuíram ao longo do trajeto.

Uma das questões do material das escutas sinodais trazia a seguinte indagação: que Igreja sonhamos para a Amazônia? esta era a pergunta que mais estimulava a participação nas assembleias. Entre tantas respostas e sonhos, todos convergiam

para uma direção: ter uma Igreja mais presente em suas vidas.

Este sonho parece não estar tão distante e encontra esperanças nas falas do Papa Francisco, que tem pedido que a Igreja deixe de ser apenas de visita e se torne uma Igreja de presença. Os novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral começam a se delinear com boas perspectivas para uma verdadeira conversão integral.

Referências Bibliográficas

CELAM. *Documento Conclusivo de la V Conferencia General Del Episcopado Latinoamericano y del Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA / REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA – REPAM/BRASIL. *Documento preparatório para o Sínodo Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral*. Brasília: Edições CNBB, 2018.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

_____. *Constituição apostólica Episcopalis Communio*: sobre o Sínodo dos Bispos. Roma, 15 de setembro de 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. <https://censo2010.ibge.gov.br>

INSTRUMENTUM LABORIS. *Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral*. Documentos da Igreja 55. Brasília: Edições CNBB, 2019.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia*. Roma, 17 de abril de 2003.

SANTA SÉ. *Documento Final do Sínodo dos Bispos Especial para a Amazônia*. Bollettino Sala Stampa Della Santa Sede N. 0821. Roma, 26 de outubro de 2019.